

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário do Nordeste

Class.: 380

Data: 06/07/92

Pg.: _____

Continua a retirada ilegal de madeira de lei em área indígena

Cuiabá (DN) - Quatro anos depois de revelada, em um dos maiores escândalos na Fundação Nacional do Índio (Funai), na época comandada por Romero Juca Filho, a retirada ilegal de madeira de lei em áreas indígenas de Mato Grosso e Rondônia permanece em plena atividade. Somente em Comodoro, a 730 quilômetros de Cuiabá, quatro madeireiros respondem a inquérito policial ou foram denunciados ao Ministério Público, praticado na área indígena Vale do Guaporé, com 242,5 mil hectares e habitada por índios nambikwara.

O administrador da Funai em Vilhena (RO), Marcelo Santos, calcula que pelo menos 15 mil metros cúbicos de mogno, a árvore mais procurada para a comercialização clandestina, foram cortados na reserva. "Isso afora o que não tomamos conhecimento", avalia. A agilidade dos madeireiros e as dimensões da reserva são tidas como as principais dificuldades para se flagrar a ação clandestina. "Nós somente descobrimos um roubo (este é o termo usado pelos índios) dias ou semanas depois", conta o líder da aldeia Negarote, Sebastião Negarote, de 33 anos, um dos 16 subgrupos do Vale do Guaporé.

Os negarote são contra a retirada da madeira na área. Eles tiveram a preocupação há dois anos, quando foi feito um assentamento de agricultores sem-terra na fazenda Noroagro, vizinha a reserva, de negociar com os colonos um quilômetro de largura de mata ao longo do rio São Domingos como área de preservação. "Os agricultores têm cumprido o acordo, mas os madeireiros, não", afirma Sebastião. Segundo ele, os índios chegaram há dois meses a apreender e queimar um trator que abria uma estrada clandestina na faixa de preservação.

O conflito entre os negarote e madeireiros quase fez uma vítima. Em março do ano passado, o índio Manu Negarote levou um tiro de raspão na cabeça ao se confrontar com um invasor da reserva. No entanto, alguns índios de outras aldeias defendem a comercialização. É o caso de Jair Nambikwara, de 26 anos, coordenador da organização indígena de Rondônia e Norte de Mato Grosso em sua aldeia.

"A Funai não tem dinheiro e podíamos ganhar um pouco com o roubo que acontece de qualquer maneira", argumenta ele. A maioria dos 135 índios de seu grupo, no entanto, prefere manter a mata intacta e procura afugentar os madeireiros. Eles sempre montam acampamento em torno da aldeia para caçar, plantar e vigiar a região. Na última semana, o grupo conseguiu apreender uma moto-serra e três árvores já derrubadas. "Os ladrões não reagem porque sabem que estão errados", diz Jair.

A "Agência Estado", acompanhada de índios, colonos e membros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entidade ligada ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), visitou alguns dos pontos em que ocorrem as derrubadas. Ao longo dos quase sete quilômetros em que a BR-174, Cuiabá-Porto Velho, corta a reserva, foram identificadas cinco estradas usadas para a exploração ilegal da madeira.

Localizadas facilmente, as entradas chegam a ter de 1,5 a 6 quilômetros de extensão, por onde se avistam tocos ou toras de árvores nobres rejeitadas pelos madeireiros. A maior e mais antiga das entradas, aberta em 1986, possui cerca de 25 quilômetros e praticamente está desativada porque já não possui as árvores cobiçadas.